



FLS

**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE BONITO**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2024

1. Relatório

Trata-se de impugnação ao Edital do Pregão Eletrônico nº 037/2024, do município de Bonito/MS, que tem por objeto o registro de preços para aquisição de Concreto Betuminoso Usinado a Quente – CBUQ, para atender as necessidades da Secretaria de Obras e Infraestrutura do município de Bonito/MS.

A empresa A. FÁCIL MASSA ASFÁLTICA LTDA apresenta pedido de impugnação, questionando a exigência do projeto de fabricação de massa e laudo técnico muito específico, divergentes do objeto licitado.

A empresa PAVIMENTA ASFALTOS LTDA apresenta também pedido de impugnação questionando a exigência de laudos técnicos, muito específicos e divergentes do objeto licitado.

Por fim, a empresa USINA DO VALE CONSTRUTORA LTDA, igualmente apresenta pedido de impugnação também questionando a exigência de projeto de massa e laudos muito específicos que não se coadunam com o objeto, e solicita a alteração do prazo de entrega aduzindo ser muito exíguo o solicitado pelo município.

Em síntese, é o relatório.

2. Tempestividade

Em consonância com disposto no instrumento convocatório, em seu item 14.1¹, pode em até três dias úteis da data de recebimento das propostas, qualquer interessado impugnar as disposições contidas no edital de licitação que orienta o certame.

¹ 14.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.



FLS

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE BONITO

No caso em comento, a data para recebimento das propostas estava agendada para o dia 10/12/2024, e em razão da impugnação apresentada, na data de 04/12/2024, e da complexidade dos questionamentos, o certame foi suspenso para uma análise mais detalhada.

3. Análise do mérito

Em razão, dos questionamentos apresentados, foi realizada uma nova análise detalhada, dos critérios de qualificação técnica, inicialmente estabelecidos, e se verificou que as exigências, poderiam ensejar restrição à competição no certame.

Dessa forma, as exigências de qualificação técnica serão readequadas, para posteriormente ser republicado o instrumento convocatório.

A empresa USINA DO VALE CONSTRUTORA LTDA questiona ainda que, a fixação do prazo de 05 (cinco) dias úteis para a entrega do objeto, é inexequível e deveria pelo menos considerar a logística necessária para a entrega.

Ocorre que, na contramão do que aduziu a impugnante, a jurisprudência pátria entende que o indigitado prazo, além de razoável, justifica-se pela necessidade do objeto. Vide, por oportuno, o entendimento exarado pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais:

REPRESENTAÇÃO. EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL. REGISTRO DE PREÇOS. AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS E CÂMARAS DE AR. EXIGÊNCIA DE PRODUTOS DE PRIMEIRA LINHA. **PRAZO EXÍGUO DE ENTREGA. IMPROCEDÊNCIA DAS IRREGULARIDADES APONTADAS.** ARQUIVAMENTO.

[...]

2. O prazo estipulado para a entrega dos produtos deve ser analisado em conformidade com o objeto, com as justificativas técnicas apresentadas, as especificidades e o resultado da contratação. A fixação do prazo de 05 (cinco) dias úteis contido no edital é justificado pela necessidade de assegurar a continuidade dos serviços públicos imprescindíveis, que não podem ficar paralisados pela demora excessiva na entrega. (Primeira



FLS

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE BONITO

Câmara, 39ª Sessão Ordinária – 18/12/2018. Conselheiro Relator Durval Ângelo. Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.)². Grifei.

Importante frisar que, o Termo de Referência apresenta a possibilidade de prorrogação do prazo para entrega do produto, devidamente justificada, caso não seja possível o cumprimento do prazo inicialmente estabelecido.³

4. Conclusão

Diante do exposto regulamentado no edital e com base na Lei que rege o certame, conheço das impugnações apresentadas, em razão da tempestividade, para DAR PROVIMENTO PARCIAL, recomendando que sejam feitas as adequações necessárias, no tocante as exigências de qualificação técnica, mantendo-se o prazo de entrega do objeto.

Ressalta-se que tendo, em consonância com o art. 55, §1º, da Lei nº 14.133/2021, a alteração afeta a formulação das propostas pelos licitantes, motivo que enseja nova contagem do prazo de publicidade inicial.

Intime-se as impugnantes.


José Eduardo Mündel
Agente de Contratação

² <https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/tce-mg/679111802/inteiro-teor-679111811>

³ 3.2 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 2 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.